

JORNAL PETROLEIROS

BR DISTRIBUIDORA PRIVATIZADA: O MERCADO ESPECULATIVO VIBRA

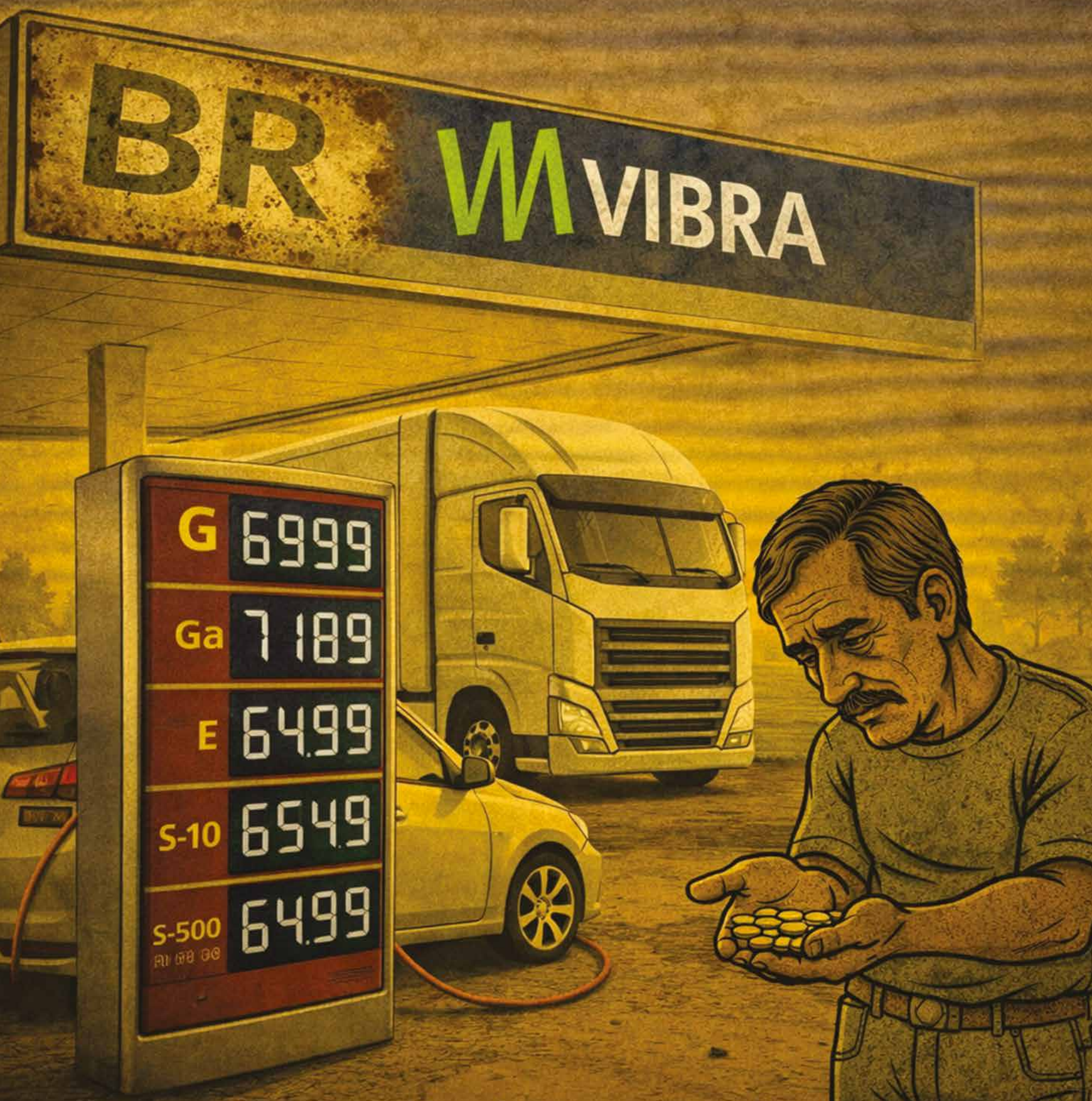




Foto: Divulgação

PELA REESTATIZAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA E DAS REFINARIAS!

A defesa da soberania energética é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação. No caso do Brasil, é uma luta que se confunde com a própria história recente do país, com destaque para a campanha d'O Petróleo é nosso das décadas de 1940 e 1950, e para as greves petroleiras de 1983, 1995 e 2020.

Nesta atual conjuntura, a escalada da guerra dos EUA e Israel contra o Irã escancara ainda mais a importância da soberania energética e traz aos holofotes os efeitos negativos das privatizações da BR Distribuidora e das refinarias da Petrobrás, além do desmonte do setor de fertilizantes. Assim como uma mãe, que diz ao filho desobediente “eu te avisei, mas vou estar aqui para te ajudar a não repetir sua travessura”, os petroleiros estarão nas fileiras para a construção de políticas de superação dessa crise energética.

Para isso, é fundamental a reestatização da BR Distribuidora, permitindo uma maior estabilidade dos preços dos derivados, e das refinarias privatizadas, para diminuir nossa dependência externa de combustíveis. Precisamos novamente, como sempre alertamos, uma Petrobrás forte, “do poço ao posto”, à serviço dos interesses do povo brasileiro. O momento histórico abre uma oportunidade para a sociedade reivindicar políticas públicas de soberania energética.



Foto: Ricardo Stuckert

Trabalhadores lutaram muito para a volta da Petrobrás ao setor de fertilizantes, mas ainda não é suficiente

SOBERANIA POR UM FIO: A BATALHA PELA AUTOSSUFICIÊNCIA EM FERTILIZANTE

Retomar o setor de fertilizantes é também uma luta contra a fome e pela construção da soberania alimentar

Artigo por Albérico Queiroz Filho*

Com a produção de ureia paralisada e a retirada da Petrobrás do mercado de fertilizantes, a nação se viu completamente à mercê do mercado externo. Após muita luta, a retomada vem num momento em que o tabuleiro geopolítico global se mostra mais instável do que nunca. Com 42% de nossas importações de ureia vindas de países sob sanção dos EUA – 20% da Rússia, 17% do Irã e 5% da Venezuela –, a tendência de alta nos preços e a incerteza na entrega se tornaram uma ameaça real à nossa segurança e soberania alimentar.

Como se não bastasse, a crise se aprofunda com o movimento protecionista de China e Rússia, que limitaram suas exportações para garantir o abastecimento interno, além da intensificação do conflito armado promovido pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, que coloca 17% das importações em xeque. Este cenário de estrangulamento da oferta expõe as consequências desastrosas do desmonte do setor de fertilizantes no país.

Em contraponto a esse estrago, a FUP protagonizou uma luta incansável pela retomada do setor, e os frutos já começam a aparecer. As FAFEN's de Sergipe e da Bahia voltaram

a produzir e a FAFEN-PR tem previsão de retomada para março. Juntas, essas unidades podem injetar no mercado o equivalente a 20% da demanda nacional, um alívio crucial para mitigar o impacto da crise externa.

E o horizonte é ainda mais promissor. A retomada das obras da UFN-III, em Mato Grosso do Sul, avançou com a abertura das propostas das licitações; a expectativa é que a assinatura dos contratos ocorra em maio e o início das obras em junho. Com a FAFEN-MS em operação, o Brasil poderá suprir cerca de 35% de sua demanda.

Mas todo esse esforço pode ser perdido se não for acompanhado de atualização tecnológica das unidades em operação, entrada da Petrobrás no mercado de misturas N-P-K, descarbonização da produção com novas rotas como o hidrogênio verde e a aposta estratégica nos biofertilizantes. E, não podemos deixar de citar, o respeito aos direitos dos trabalhadores.

Retomar o setor de fertilizantes é também uma luta por soberania alimentar em um país que precisou reeleger o presidente Lula para sair do mapa da fome.

*Albérico Santos Queiroz Filho é diretor do Sindipetro Unificado e membro indicado pela FUP do Conselho Nacional de Fertilizantes



Foto: Vítor Peruch

Encontro reuniu representantes sindicais e parlamentares para discutir efeitos econômicos e políticos da alta dos combustíveis

DEBATE NA CÂMARA DE CAMPINAS APONTA CAUSAS DA ALTA DOS COMBUSTÍVEIS

Vereadoras e diretores do Sindipetro Unificado relacionam preços a privatizações e falhas na distribuição

por Vítor Peruch

A Câmara Municipal de Campinas sediou no dia 23 de março um debate público sobre a alta dos combustíveis e seus impactos na economia regional e no custo de vida da população. A atividade reuniu representantes do movimento sindical, especialistas do setor e parlamentares, com foco nas causas estruturais do aumento dos preços e nas possíveis alternativas para o país.

Durante o encontro, o diretor do Sindipetro Unificado, Rodrigo Zanetti, destacou a complexidade do tema e criticou a desinformação no debate público: “A gente vê na internet que tem muita informação errada, falsa, tentando usar a situação politicamente, e a gente tem que explicar à população o que realmente acontece”. Ele ressaltou que o problema dos combustíveis não pode ser reduzido a decisões pontuais, mas envolve toda a estrutura da cadeia produtiva e suas transformações nos últimos anos.

Zanetti também apontou desequilíbrios estruturais como fator central para a alta dos preços. “A produção de petróleo aumentou de 2,3 milhões de barris para 3,4 milhões, só que o refino cresceu apenas 7,5%. Com isso, você gera menos produtos finais”, explicou. Segundo ele, essa defasagem faz com que o país dependa da importação de derivados – em torno de 20% do diesel tem que ser importado – o que expõe o Brasil a oscilações internacionais e pode gerar efeitos em cadeia, como desabastecimento e aumento

generalizado de preços em setores como transporte e alimentos.

Outro ponto levantado foi o impacto das privatizações no setor. “Quando foi privatizado, o argumento era criar concorrência. Só que não existe uma concorrência real”, disse Zanetti. Na prática, o mercado se organizou de forma regionalizada e “quem determina os preços do combustível é a refinaria”, devido às limitações logísticas. O dirigente também criticou a operação de refinarias privatizadas abaixo da capacidade: “Elas operam com 60%, enquanto a Petrobrás opera com o máximo possível”, priorizando o abastecimento. Para ele, a perda de instrumentos de regulação ao longo da cadeia ajuda a explicar a discrepância entre os preços nas refinarias e nos postos.

A vereadora Fernanda Souto, responsável pela convocação do debate, ressaltou os efeitos dessas mudanças sobre a soberania energética. “Um desvio completo da função social, e nesse momento de crise isso se agrava ainda mais”, afirmou, ao comentar a redução da capacidade operacional de refinarias privatizadas.

O também diretor do Sindipetro Unificado, Uiran Kopcak, trouxe dados recentes sobre a dinâmica de mercado e criticou a atuação de distribuidoras: “Se elas puderem revender diesel com lucro maior, elas vão fazer isso. Isso pode gerar desabastecimento e uma escalada de preços”. Ele também apontou distorções

após a venda da BR Distribuidora, que reduziu a capacidade de regulação do Estado sobre os preços finais.

Na mesma linha, o coordenador do Sindipetro, Steve Austin, destacou o papel histórico da Petrobrás na integração do mercado nacional e criticou os efeitos da retirada do Estado da cadeia de distribuição. “Tirando o Estado como um fator regulador do mercado você abre espaço para o privado ocupar”, afirmou, citando ainda problemas como aumento das margens de revenda e práticas irregulares no setor.

O debate também abordou o cenário internacional e sua influência sobre os preços dos combustíveis. A vereadora Mariana Conti relacionou o tema à disputa geopolítica global. “O controle do petróleo mundial é uma arma geopolítica e isso impacta diretamente a vida das pessoas”, afirmou, defendendo a retomada da soberania energética e maior integração entre os países.

Por fim, os participantes reforçaram a necessidade de ampliar o debate com a sociedade e aprofundar a discussão sobre alternativas para o setor. A Câmara já anunciou um novo encontro sobre o tema, marcado para o dia 2 de abril, no mesmo local, com previsão de aprofundar aspectos como geopolítica do petróleo e políticas públicas para o abastecimento nacional.

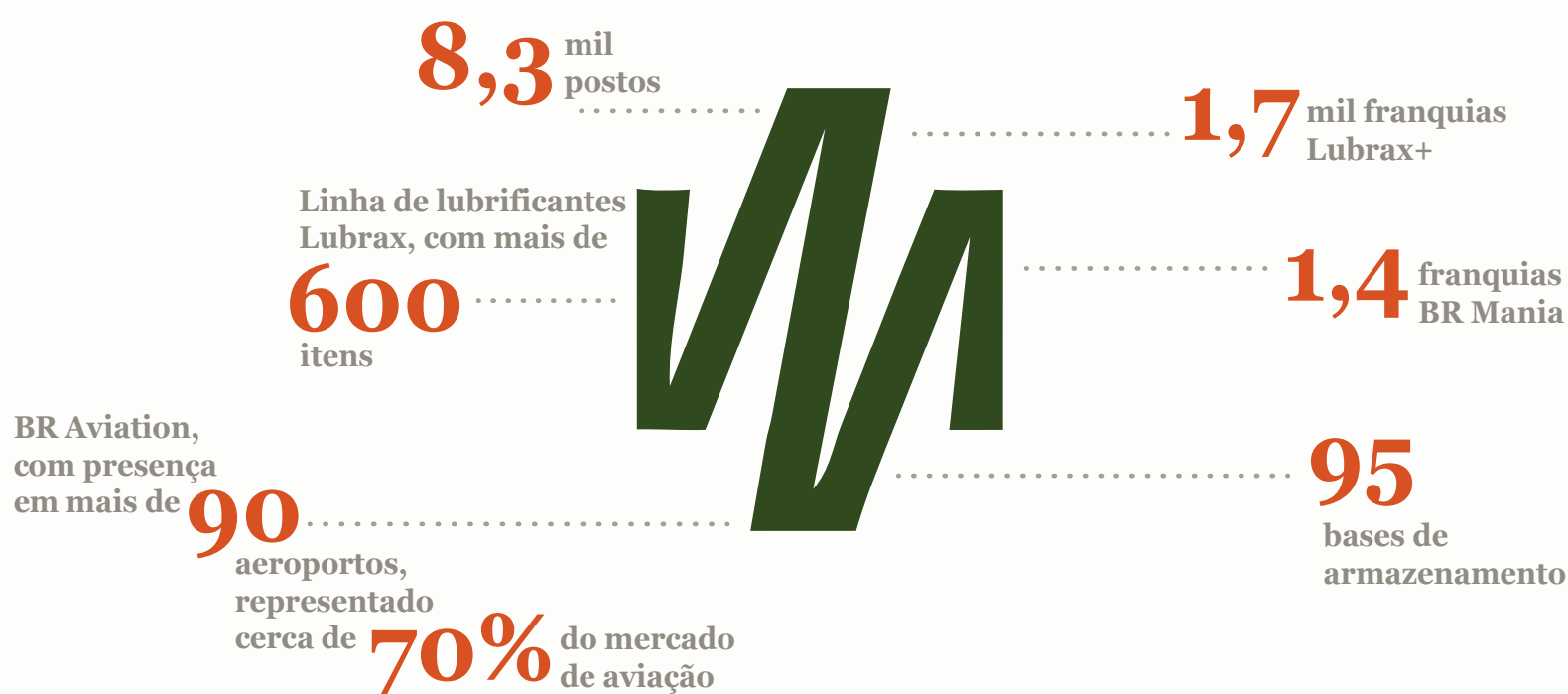
O BRASIL REFÉM DA ESPECULAÇÃO DO MERCADO

Como a privatização da BR Distribuidora fez explodir a margem de lucro das distribuidoras e revendedoras de combustíveis, atualmente 100% privadas

Por Guilherme Weimann | Arte: Rangel Egidio

Em dezembro de 2017, sob o governo de Michel Temer, o país deu início ao desmonte de uma de suas empresas mais estratégicas, a BR Distribuidora – até então uma subsidiária da Petrobrás. Com 23% do mercado de distribuição e proprietária de mais de 8 mil postos de combustíveis, passou a se chamar Vibra, mas manteve a BR. Com a sua privatização, a margem de lucro das distribuidoras e revendedoras disparou nos últimos anos, deixando o país à deriva do humor e da sanha da especulação do mercado.

Raio-X da BR Distribuidora (Vibra)



LINHA DO TEMPO DO DESMONTE

13/12/2017

Sob o governo de Michel Temer, a Petrobrás vendeu 29% da BR Distribuidora no mercado financeiro pelo valor de R\$ 5 bilhões.

23/07/2019

Já sob o comando do governo Jair Bolsonaro, a Petrobrás se desfez de outros 30% da BR Distribuidora pelo valor de R\$ 9,6 bilhões, perdendo com isso o controle da empresa.

31/12/2019

Com menos de seis meses da perda do controle acionário por parte da Petrobrás, a BR demitiu 860 trabalhadores, o que representou a diminuição de 27,4% do quadro de funcionários.

19/08/2021

A BR Distribuidora passa a se chamar Vibra – por contrato, a nova proprietária poderá manter a marca BR nos postos de combustíveis até 2029.

06/07/2021

A Petrobrás vendeu 41% da BR Distribuidora pelo valor de R\$ 11 bilhões, abrindo mão completamente da sua participação na companhia.

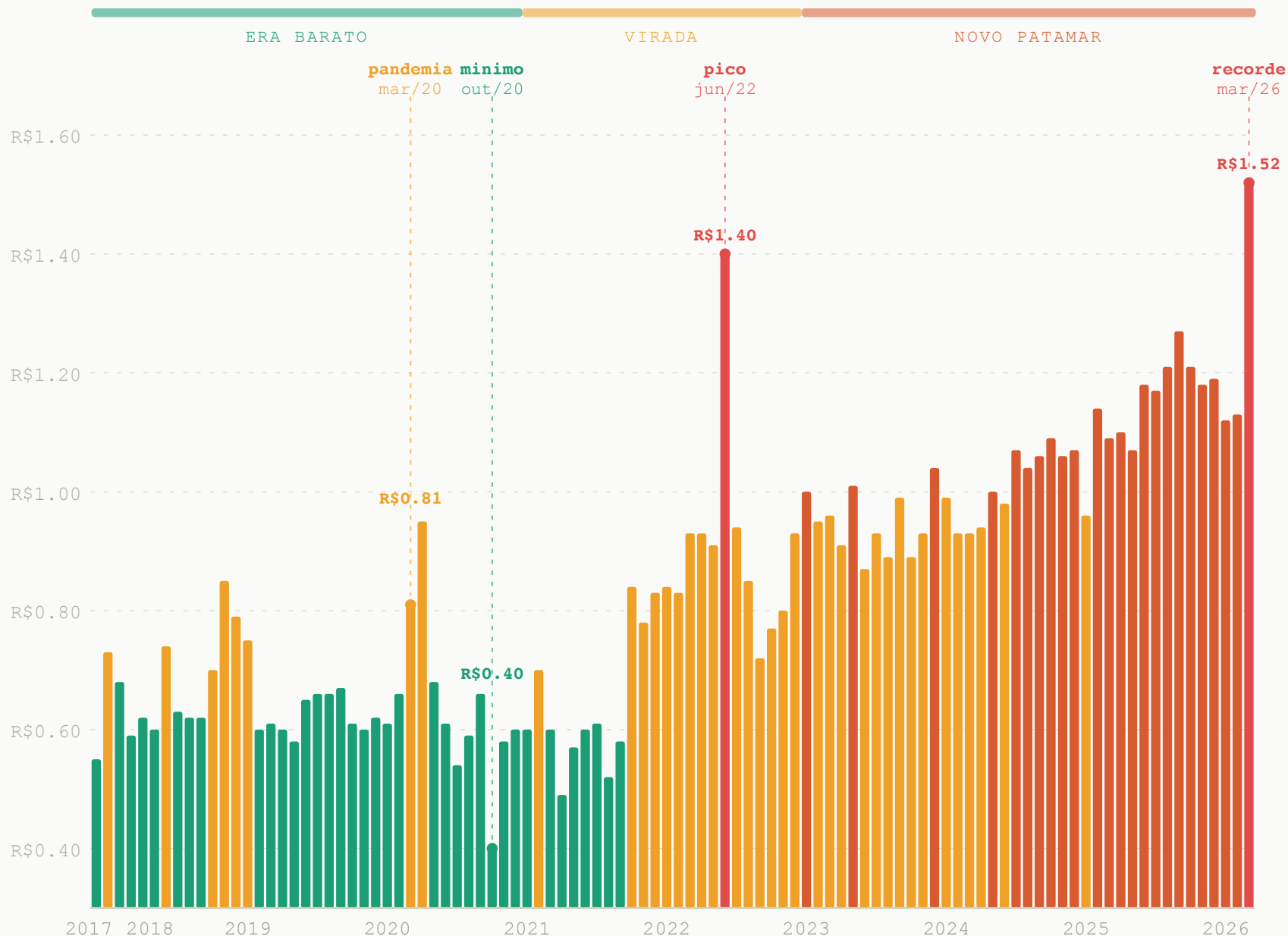
09/12/2020

Em pouco mais de um ano após a privatização da BR Distribuidora, a remuneração dos executivos da empresa subiu 272%.

Como a BR detinha cerca de um quarto da distribuição e revenda de combustíveis, a Petrobrás conseguia ter alguma influência sobre os preços finais para o consumidor. Com a sua privatização, entretanto, o mercado passou a controlar totalmente os preços nas bombas. Confira o levantamento da reportagem do Sindipetro Unificado a partir de dados do Ministério de Minas e Energia:

9 Anos da Margem da Distribuição e Revenda no Brasil

PREÇO MENSAL (R\$/L) -- DEZ/2017 A MAR/2026



R\$ 0,40
mínimo histórico
out/2020

R\$ 1,52
recorde absoluto
mar/2026

R\$ 1,40
pico isolado
jun/2022

+176%
variação total
dez/17 a mar/26

abaixo R\$0,70

R\$0,70-0,99

R\$1,00-1,29

acima R\$1,30

• Entre dezembro de 2017, no início da privatização, até março de 2026, a margem da distribuição e da revenda subiu R\$ 0,55 para R\$ 1,52, um aumento de 176%. A inflação do período foi de apenas 52,81%.

• Apenas entre fevereiro e março deste ano, a margem da distribuição e da revenda subiu R\$ 0,39 – um reajuste de 34,5%.



Foto: Reprodução

A ideia do Projeto MEMOH é oferecer um ambiente para os homens compartilharem incômodos e reconhecerem suas contradições

NEM CULPADO, NEM DESCONSTRUÍDO: HOMEM DEVE ASSUMIR PAPEL ATIVO CONTRA O MACHISMO

Integrante do Projeto MEMOH, Abel Oliveira explica como os grupos reflexivos têm buscado desconstruir a masculinidade praticada historicamente por um compromisso social de transformação

Por Guilherme Weimann

O machismo é um sistema que opera socialmente há séculos na criação de desigualdade, subordinação e violência contra as mulheres. Mas, diante dessa complexa estrutura, o que os homens, que se dispõem a desconstruir seus privilégios, podem fazer?

“Perguntas-tema” como essa são a base da metodologia dos Grupos Reflexivos do Projeto MEMOH, iniciativa criada em 2017 no Rio de Janeiro. O próprio nome da organização, MEMOH, que é “homem” ao contrário, já dá algumas pistas sobre as motivações e inquietudes que levaram à sua criação. Ao longo de sete anos, foram analisadas 250 perguntas-tema trazidas pelos próprios participantes, divididas em oito macrotemas, que incluem relações familiares e conjugais, sexualidade, como lidar com emoções, cuidado e compromisso ético.

Em entrevista exclusiva ao Sindipetro Unificado, o consultor e gestor de Comunidade do MEMOH, Abel Oliveira, dá mais detalhes sobre a origem do projeto: “Faltavam espaços estruturados para que homens pudessem refletir entre si sobre gênero de forma crítica e implicada. A ideia, então, foi criar um ambiente seguro em que homens pudessem falar sobre seus próprios incômodos de gênero, reconhecer contradições e questionar padrões que aprenderam a naturalizar”.

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Santa Cruz

(UESC) e mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Oliveira aponta que o MEMOH tem como objetivo não uma saída individual, mas coletiva para os problemas relacionados com o machismo e com ideal de masculinidade que adoce principalmente as mulheres, mas também os homens.

“A masculinidade que buscamos fomentar é aquela que reconhece seus privilégios, seus impactos e suas contradições, e que entende que o foco não deve ser sobre performance individual, mas sobre compromisso coletivo. É sair da lógica da culpa paralisante ou da imagem do ‘homem desconstruído’ e assumir um lugar ativo na transformação das relações”, explica.

O comunicador social faz ainda uma diferenciação entre grupos reflexivos como o MEMOH com outros criados a partir da Lei Maria da Penha: “Os grupos previstos na Lei Maria da Penha atuam no âmbito judicial e são espaços vinculados à responsabilização de homens que já cometeram violência contra mulheres. A participação costuma ser obrigatória e vinculada ao cumprimento de uma pena ou medida alternativa. [Já] os grupos do MEMOH não estão vinculados ao sistema de justiça e não são compulsórios. A participação é voluntária e gratuita”.

De acordo com Oliveira, esse caráter voluntário muda bastante o perfil e dinâmicos dos grupos: “Trabalhamos com homens da sociedade civil que, em maior ou menor grau, já se percebem atravessados

por incômodos em relação às masculinidades e querem refletir sobre isso coletivamente”.

Nesse sentido, o MEMOH utiliza de um dispositivo criado pelo próprio machismo, que é a escuta mais atenta de homens por outros homens, para justamente desconstruir esse privilégio.

“Homens escutam outros homens de um jeito que, historicamente, quase nunca escutam mulheres. Esse é um privilégio que precisa ser tensionado e usado a favor da equidade: para interromper piadas violentas, questionar falas machistas, problematizar comportamentos abusivos/injustos, e apoiar mudanças reais. Não é simples se posicionar. Pode parecer pequeno, mas envolve coragem, envolve romper com pactos de silêncio, envolve correr o risco de ser deslocado do grupo. Mas é justamente aí que começa a transformação e, em muitos casos, isso pode evitar violências e até salvar vidas”, conclui.

CONFIRA A ENTREVISTA NA ÍNTEGRA:





Centrais sindicais são contrárias à nova lei

FIM DAS MENSALIDADES VIA INSS IMPACTA RECEITA DO UNIFICADO EM 20%

Lei sancionada pelo presidente Lula em janeiro deste ano proibiu os descontos de mensalidades nas aposentadorias e pensões no INSS para associações e sindicatos

Por Guilherme Weimann

No dia 7 de janeiro deste ano, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 15.327/2026, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que proíbe descontos de mensalidades nas aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para associações e sindicatos. A decisão foi tomada após as descobertas da Operação Sem Desconto, conduzida pela Polícia Federal (PF) em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), que investiga um esquema de fraudes em descontos indevidos que teria desviado R\$ 6,3 bilhões.

De acordo com as investigações, o esquema teria ocorrido entre 2019 e 2024, e consistiu em descontos ilegais em aposentadorias e pensões destinadas a associações e sindicatos – muitas delas entidades de fachada. A PF descobriu milhares de assinaturas falsas e fotos tiradas sem o consentimento das vítimas para realizar os descontos indevidamente de suas aposentadorias e pensões.

Essa lei, sancionada com o objetivo de coibir de uma vez por todas as fraudes como essa, teve um efeito colateral expressivo no caixa dos sindicatos que possuíam autorização escrita de seus associados para que o desconto via INSS fosse realizado, como é o caso do Sindipetro Unificado.

Anteriormente à lei, o INSS repassava um valor mensal à Petros (fundo de pensão da Petrobrás), que somava uma quantia complementar que cada aposentado e pensionista tem direito e, desse valor total, realizava o desconto referente à mensalidade do associado do Sindipetro.

Com a nova lei, a Petros passou a descontar a porcentagem da mensalidade do sindicato apenas sobre a sua parcela do benefício total. Por exemplo, no caso de um aposentado que recebe 3 mil reais

do INSS e mais 3 mil reais da Petros, anteriormente ele contribuía com uma porcentagem sobre os 6 mil reais, que é o seu benefício integral. A partir de janeiro, com a nova lei, ele passou a contribuir com uma porcentagem apenas sobre os 3 mil que recebe da Petros.

Essa mudança trouxe uma queda significativa nas receitas do Sindipetro Unificado, de aproximadamente 20%. “Nós entendemos que algo deveria ser feito para acabar de vez com essa farra que associações fantasmas estavam fazendo sobre as aposentadorias conquistadas com tanto suor pelos trabalhadores. Mas, apesar disso, acreditamos que a lei não levou em consideração os sindicatos sérios como é o nosso, que possui uma participação ativa dos aposentados”, opina o coordenador do Sindipetro Unificado, Steve Austin.

No caso de categorias que não detém um fundo de pensão complementar, o impacto é ainda maior. Por isso, as centrais sindicais se posicionaram contrariamente à nova lei. Em nota enviada à Folha de S.Paulo, as centrais sindicais, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apontam que a medida “trata-se de grave retrocesso social, pois extingue uma Conquista histórica consagrada pela ‘cidadania sindical’ dos aposentados e pensionistas” e, com isso, “condena esses trabalhadores à invisibilidade e à negação de protagonismo social, limitando sua capacidade de se organizar, constituir entidades sindicais e participar das lutas sociais, inclusive da gestão da Previdência Social”.

Diante desse cenário, a diretoria do Sindipetro Unificado está discutindo internamente ações que possam mitigar os danos a sua receita mensal, que mantém todas as estruturas das três regionais – Campinas, Mauá e São Paulo –, gastos correntes e salários dos trabalhadores.



Foto: Reprodução

Pedro Augusto integrou a caravana solidária a Cuba

DIRETOR DO SINDIPETRO UNIFICADO PARTICIPA DE CARAVANA SOLIDÁRIA A CUBA

Pedro Augusto, diretor do Sindicato e da FUP, viajou à ilha junto a parlamentares e militantes para levar mantimentos e prestar solidariedade em meio ao embargo imposto pelo governo estadunidense

Por Marcelo Aguilar

A ofensiva do governo dos Estados Unidos sobre Cuba tem escalado nas últimas semanas. No dia 16 de março, o presidente Donald Trump declarou que seria “uma honra” para ele “tomar Cuba”. As informações divulgadas na imprensa apontam uma pressão estadunidense para uma mudança de regime e pela saída do líder do governo, Miguel Díaz Canel. Paralelamente a isso, a ilha tem vivido apagões generalizados, que têm deixado quase 10 milhões de pessoas sem energia elétrica, afetando também a distribuição de água e produção de alimentos.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

Nesse contexto, diversas iniciativas estão em curso para prestar solidariedade à ilha, como a Flotilha Nuestra América, organizada pela Internacional Progressista, que busca romper o cerco e levar ajuda humanitária à ilha. Do Brasil, participaram diversos ativistas, parlamentares, representantes de movimentos sociais e sindicatos. Dentre eles, Pedro Augusto,

diretor do Sindipetro Unificado e da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O dirigente e os demais militantes embarcaram a Cuba no dia 18 e retornaram no dia 23 de março. Nas malas, levaram meia tonelada de medicamentos básicos, itens para garantir a dignidade menstrual para as mulheres, além de produtos de higiene pessoal. A campanha incluiu também a arrecadação de fundos para a compra de equipamentos que permitam o país avançar na sua soberania energética, como placas solares.

LUTA ANTI-IMPERIALISTA

Pedro Augusto coloca a situação em contexto: “Sabemos que esse ataque e o agravamento das condições que os Estados Unidos e o governo Trump têm imposto a Cuba é parte de uma escalada militar e política da extrema-direita no mundo e que tem como principais expressões, neste momento, a guerra do Irã e outros ataques

promovidos contra países considerados obstáculos para o estabelecimento de sua hegemonia no Oriente Médio. Aqui sabemos que a doutrina Monroe enxerga a América Latina como o quintal dos EUA e está ganhando uma nova dimensão”. Nesse sentido, para o dirigente, “defender Cuba é defender a América Latina e, ao mesmo tempo, enfrentar a política recolonizadora de Donald Trump”.

O sindicalista coloca também o Brasil em perspectiva: “Lutar contra essa ofensiva, no caso brasileiro, demanda lutar e trabalhar para que Lula vença a eleição presidencial, já que ter um governante aliado do Donald Trump no Brasil seria fundamental para os planos de recolonização do continente”.

Para ele, a solidariedade deve ser a tônica: “Esse é um momento chave para prestar solidariedade a Cuba, fortalecer a resistência do povo cubano, um povo marcado por uma solidariedade ativa ao longo de décadas, desde a Revolução Cubana. Um dos povos mais solidários do mundo merece a nossa solidariedade e apoio, que é o apoio à dignidade e soberania de toda a América Latina”.